

POLÍCIA E GÊNERO: PARTICIPAÇÃO E PERFIL DAS POLICIAIS FEMININAS NAS PMS BRASILEIRAS¹

Leonarda Musumeci

Bárbara Musumeci Soares

Resumo: O artigo traça um perfil de gênero das Polícias Militares no Brasil a partir de informações do levantamento estatístico nacional realizado em 2003 pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, com apoio da Secretaria Nacional de Segurança Pública. Analisa a dimensão e algumas características sociodemográficas dos contingentes masculino e feminino dessas corporações (idade, estado civil, raça/cor, escolaridade), assim como a distribuição de homens e mulheres por níveis hierárquicos e por tipos de atividades desempenhadas. Ressalta a baixa participação feminina nas PMs – contrastada não só com as demais polícias brasileiras (civil e federal), mas também com as forças policiais de vários outros países. Ressalta ainda a ausência de políticas institucionais e de demandas sociais no sentido de um maior aproveitamento das policiais militares femininas na melhoria dos serviços públicos de segurança e, mais especificamente, no enfrentamento da violência doméstica e de gênero.

Palavras-chave: segurança pública; gênero; polícia.

Em meados dos anos 1980, assiste-se no Brasil a uma importante inovação na abordagem da questão de gênero dentro do campo da segurança pública. Como resultado de reivindicações dos movimentos feministas são criadas, na Polícia Civil (a polícia judiciária, não-uniformizada), delegacias especiais para o atendimento a mulheres vítimas de violência, prestado sobretudo por policiais femininas, o que leva também à ampliação do espaço de atuação profissional para as mulheres no interior dessa força policial.²

O sucesso das delegacias especializadas, apesar de seus vários problemas, pode ser avaliado pelo número de mulheres que as procuram. No estado do Rio de Janeiro

ro, por exemplo, onde há ao todo cerca de 160 delegacias policiais, mais de 1/3 dos estupros denunciados entre 2001 e 2003 foram registrados pelas nove Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher então existentes (DEAMs).³ Em 1999, quando só havia seis DEAMs no estado, elas já figuravam entre as oito unidades policiais com maior número de registros de crimes não-letais intencionais contra mulheres, recebendo mais de 30% do total de denúncias dessa natureza encaminhadas à Polícia Civil estadual.⁴ As DEAMs representaram, portanto, um avanço, no sentido de dar visibilidade a um tipo de violência até então pouco considerado, de proporcionar um espaço de vocalização para mulheres vitimadas e de criar um novo campo de atuação profissional para as policiais femininas na estrutura da Polícia Civil.

Já as Polícias Militares (uniformizadas, responsáveis pelo policiamento ostensivo e muito mais numerosas que as civis) experimentam um processo bem mais lento de incorporação de mulheres a seus quadros e até hoje não assimilaram o enfrentamento da violência doméstica e de gênero como parte da sua missão, embora, na prática, ela represente uma parcela significativa dos seus atendimentos cotidianos. Na maioria dos estados, as PMs começaram a admitir policiais femininas ao longo dos anos 1980, no contexto da redemocratização do país, mas isso não derivou de reivindicações de movimentos sociais pela criação de serviços especializados ou pela abertura de um novo espaço profissional para as mulheres, e sim, tudo indica, do propósito interno de "humanizar" a imagem das corporações, fortemente marcada pelo seu envolvimento anterior com a ditadura.

Talvez em função das barreiras que distanciam o mundo civil do militar, o ativismo feminista não percebeu as potencialidades do policiamento ostensivo no enfrentamento da violência contra as mulheres, nem se deu conta da novidade e do impacto que a presença feminina no universo do militarismo poderia representar. As PMs, por sua vez, não se dispuseram a enfrentar desafios que nem os próprios movimentos sociais haviam formulado ou concebido. Não se desenvolveram, assim, nem nessas polícias, nem na sociedade civil, reflexões sobre a importância de uma política de incorporação de mulheres aos quadros policiais ou da atuação da PM nos casos de violência doméstica e de gênero.

O resultado é que, na ausência de normas de conduta e de treinamento específico para atuar em casos de violência contra a mulher, cada policial militar (masculino ou feminino), ao se defrontar com o problema, opera de modo improvisado, com base em suas visões pessoais, marcadas, muitas vezes, por noções equivocadas e preconceituosas. O mesmo acontece quando se trata da absorção das mulheres nos quadros policiais: a falta de uma visão institucional do lugar feminino na corporação faz com que prevaleçam o senso comum e as avaliações de cada policial, baseadas nas representações que informam suas experiências empíricas. Por outro lado, não havendo associações de defesa dos interesses das mulheres policiais ou uma cultura policial feminina que resgate e valorize a história e as singularidades da contribuição das mulheres, as percepções sobre seu papel na corporação flutuam ao sabor dos julgamentos individuais.

Um dos vários sintomas disso é a quase inexistência de dados sobre os contingentes femininos das PMs de todo o Brasil. São poucas as Unidades da Federação (UFs) em que há controle estatístico rigoroso de quantas são as mulheres, quais os seus perfis, onde estão alocadas, que tipo de atividade desenvolvem, como tem sido seu desempenho etc. Esse é um sinal de que, passados mais de 20 anos do período médio de assimilação de mulheres aos seus quadros, as polícias militares brasileiras não se preocuparam ainda em avaliar os impactos da presença feminina e, portanto, em desenvolver uma política de aproveitamento e valorização desse contingente. O potencial da força feminina, no sentido de melhorar a imagem da PM, de favorecer novas possibilidades de ação policial e de dar visibilidade às questões de gênero, ainda não foi, em suma, explorado pela própria corporação, nem pelos movimentos sociais, que durante muito tempo desconsideraram a importância dessas forças policiais na construção da nossa democracia. Também são muito escassos os trabalhos acadêmicos sobre o tema, ao contrário do que ocorre em outros países, onde há algumas décadas vem-se consolidando uma área de estudos sobre Polícia e Gênero.

Para conhecer o processo de incorporação de mulheres às polícias militares no Brasil, o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) da Universidade Cândido Mendes, juntamente com a Universidade de Brasília e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, desenvolveu a pesquisa *Mulheres policiais: impacto da presença feminina nos quadros das polícias militares brasileiras*, concluída em meados de 2004. Essa pesquisa combinou dois tipos de abordagens: um levantamento quantitativo nacional, em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), e estudos de caso em três Unidades da Federação – Rio de Janeiro, Distrito Federal e Rio Grande do Sul –, utilizando métodos qualitativos de entrevistas e grupos focais.⁵

O presente artigo analisa informações do Banco de Dados Polícia Militar e Gênero, elaborado a partir do envio a todas as polícias militares do país de um questionário minucioso em que se solicitavam dados numéricos sobre tamanho dos efetivos masculino e feminino, seus perfis sociodemográficos, sua distribuição por graus hierárquicos e por tipos de atividades realizadas, bem como informações sobre ano de ingresso das mulheres, concursos abertos, legislação pertinente e missões ou tarefas formalmente atribuídas ao contingente policial militar feminino em cada unidade federativa. Além de reunir um conhecimento antes inexistente, esse levantamento pretendeu estimular nas polícias brasileiras o hábito de incorporar a variável de gênero a suas bases de dados, pré-condição para incorporá-la a suas políticas institucionais.

Limitações dos dados

Das 27 PMs, 23 devolveram o questionário preenchido até agosto de 2004; só não o fizeram as dos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí e Sergipe. Mas, apesar de o índice de retorno ter sido bastante alto (85%), as informações enviadas raramente cobriam todos os campos do questionário e muitas vezes apre-

sentavam baixa consistência e qualidade. Infelizmente, as maiores lacunas diziam respeito exatamente aos dados sobre as mulheres policiais, já que diversos estados até então nunca haviam gerado informações diferenciadas por gênero.

Pesquisadores e gestores de políticas que utilizam dados produzidos pelos órgãos de segurança pública no Brasil defrontam-se, quase invariavelmente, com a má qualidade das informações. Já é notório o fato de registros e boletins de ocorrência das polícias civil e militar serem preenchidos de maneira negligente, o que resulta em prejuízos graves tanto para as investigações policiais como para a produção de um conhecimento mais amplo sobre os fatos criminais, suas vítimas, autores e circunstâncias. Esse problema, que alguns estados vêm buscando enfrentar com projetos de modernização e informatização dos procedimentos policiais, resulta, entre outras coisas, de uma cultura institucional que ainda privilegia a força bruta em detrimento da inteligência investigativa e dá muito pouca importância ao planejamento, monitoramento e avaliação das ações na área da segurança pública. Isso se reflete na subutilização dos dados gerados pelos atendimentos cotidianos, na desvalorização da informação como base para a atividade policial e até mesmo na precariedade do conhecimento sobre os recursos humanos com que contam as corporações.

O preenchimento do questionário enviado às PMs não foge, portanto, à regra. Mesmo entre os estados que responderam à solicitação, muitos devolveram formulários incompletos e, em vários casos, contendo dados incongruentes. Algumas UFs deixaram em branco seções inteiras do questionário, ou simplesmente desconsideraram a desagregação por gênero, informando números relativos aos efetivos masculino e feminino somados.

Tais problemas nos obrigaram a eliminar da análise uma boa parte das informações coletadas.⁶ Mesmo aquelas que foi possível aproveitar e que apresentamos a seguir devem ser vistas com muita cautela, pois não sabemos com que grau de fidedignidade foram produzidas na fonte. Mas, apesar disso, os dados obtidos permitiram traçar um primeiro perfil de gênero dos efetivos policiais militares brasileiros, estabelecendo um modelo a ser desenvolvido e aperfeiçoado por novas pesquisas.

Gênero em números

Quantas são as policiais militares femininas?

No segundo semestre de 2003, as 23 PMs que enviaram informações reuniam 25.675 mulheres e 342.415 homens na ativa, o que correspondia a uma participação feminina de 7%.⁷ A Tabela 1 retrata em números absolutos e em percentuais a composição por gênero do efetivo policial militar em cada uma das UFs consideradas.

Tabela 1
Efetivo policial militar na ativa, por gênero
23 Unidades da Federação - c. 2003*

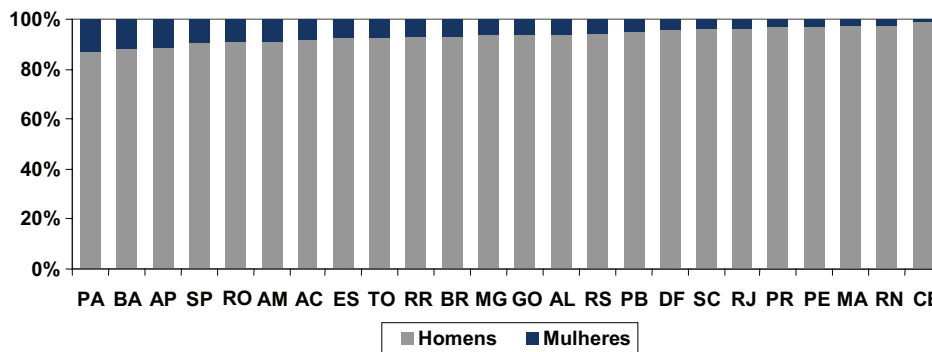
Unidade da Federação	Número			% Mulheres
	Homens	Mulheres	Total	
AC	2.268	210	2.478	8,5
AL	7.756	513	8.269	6,2
AM	5.906	559	6.465	8,6
AP	2.339	293	2.632	11,1
BA	26.554	3.661	30.215	12,1
CE	12.492	191	12.683	1,5
DF	13.757	685	14.442	4,7
ES	6.802	548	7.350	7,5
GO	12.385	847	13.232	6,4
MA	7.057	196	7.253	2,7
MG	34.271	2.429	36.700	6,6
PA	10.310	1.595	11.905	13,4
PB	7.681	396	8.077	4,9
PE	15.955	545	16.500	3,3
PR	16.005	548	16.553	3,3
RJ	36.709	1.517	38.226	4
RN	7.537	193	7.730	2,5
RO	3.760	379	4.139	9,2
RR	1.362	106	1.468	7,2
RS	18.765	1.143	19.908	5,7
SC	11.172	472	11.644	4,1
SP	78.517	8.406	86.923	9,7
TO	3.055	243	3.298	7,4
Total	342.415	25.675	368.090	7

(*) Todos os dados se referem ao segundo semestre de 2003, com exceção dos relativos a Minas Gerais, que são de abril de 2004.

Fonte: Banco de Dados Polícia Militar e Gênero, CESeC/UCAM e SENASP/MJ. Elaboração: CESeC/UCAM.

Pará, Bahia e Amapá, como se pode ver, são os três únicos estados em que a porcentagem de policiais femininas ultrapassa 10% – embora, em números absolutos, São Paulo tenha o maior efetivo de mulheres do país. O Gráfico 1 permite visualizar melhor os estados com participações femininas superiores e inferiores à média brasileira (vale dizer, à média das 23 UFs que enviaram informações).

Gráfico 1
Efetivo policial militar na ativa por gênero
Brasil e Unidades da Federação - c. 2003 *



(*) "Brasil" corresponde à soma das 23 UFs constantes do gráfico. As demais não enviaram informações. Todos os dados se referem ao segundo semestre de 2003, com exceção dos relativos a Minas Gerais, que são de abril de 2004.

Fonte: *Banco de Dados Polícia Militar e Gênero*, CESeC/UCAM e SENASPMJ. Elaboração: CESeC/UCAM.

Estimativas feitas em outra pesquisa, a partir do último Censo Demográfico, mostram que a participação feminina nas PMs é bem mais baixa do que nas demais polícias e do que nas guardas municipais brasileiras. De acordo com essas estimativas, a porcentagem de mulheres no contingente de todas as polícias militares em 2000 representava menos de 1/3 da registrada nas polícias civis estaduais do país e pouco mais da metade da observada no efetivo policial federal (Tabela 2).⁸

Tabela 2
Participação estimada de mulheres nos efetivos das
polícias e das guardas municipais brasileiras - 2000

	%
	Mulheres
Polícias militares	6,0
Polícias civis estaduais	19,6
Policiais e guardas de trânsito estaduais sem instituição informada	12,0
Polícias federais *	10,0
Todas as polícias	8,2
Guardas municipais	11,7

(*) Polícias Federal, Rodoviária Federal, Ferroviária Federal, Marítima e Portuária.

Fontes: IBGE, Censo 2000 - Microdados da amostra. Elaboração: CESeC/UCAM.

Dado o peso numérico do seu efetivo, as PMs certamente contribuem para que o índice global de feminização das nossas forças policiais seja muito baixo, comparado ao de vários outros países do mundo (Tabela 3). Mas também é importante notar que, em toda parte, mesmo nas nações onde se registram as mais altas porcentagens de mulheres na polícia (Estônia, Israel e África do Sul), a participação feminina continua sendo francamente minoritária.

Tabela 3
Participação feminina nas forças policiais de 52 países – c. 2000*

País	%	País	%	País	%	País	%
Estônia	26,0	Lituânia	14,1	Barbados	9,7	Itália	5,3
Israel (2002)	22,0	Canadá	13,7	Polônia	9,6	Papua Nova Guiné	5,3
África do Sul	21,4	França	13,3	Dominica	8,6	Colômbia	5,0
Monserrat	19,2	Hong Kong	12,5	Finlândia	8,6	Tailândia	5,0
Cingapura	19,1	Irlanda	12,1	Romênia	8,6	Quirguistão	4,9
Suécia	17,3	Suazilândia	11,0	Geórgia	8,5	Qatar	4,6
Holanda	17,1	Jamaica	10,8	Brasil	8,2	Turquia	4,5
Inglaterra e Gales	16,7	República Tcheca	10,7	Dinamarca	7,7	Portugal	3,8
Macedônia	16,7	Eslováquia	10,7	Eslovênia	7,1	Japão	3,7
Austrália (1999)	16,5	EUA (1999)	10,0	Zimbábue	6,5	Espanha	3,6
Latvia	16,2	Kazaquistão	10,0	Chile	6,0	Moldova	3,5
Hungria	15,3	Zâmbia	10,0	Maurício	5,4	República da Coreia	2,4
Guatemala	14,6	Malásia	9,7	Sri Lanka	5,3	Índia (1999)	2,2

(*) Não havendo especificação de data após o nome do país, o percentual de mulheres se refere ao ano 2000.

Fontes: Para o Brasil, IBGE, Censo 2000 – microdados da amostra. Para Israel, *Central Bureau of Statistics* [http://www.cbs.gov.il/hodaot2004/01_04_58e.htm]. Para Austrália, *South African Police Service* – Dados comparativos [<http://www.saps.gov.za/profile/comp.htm>]. Para todos os demais países, UNODC, *The Seventh United Nations Survey on Crime Trends and the Operations of Criminal Justice Systems (1998-2000)* [http://www.unodc.org/unodc/en/crime_cicp_survey_seventh.html]. Elaboração: CESeC/UCAM.

Em alguns países houve significativos avanços ao longo das últimas décadas – fruto de pressões feministas pela eliminação de barreiras de gênero, da necessidade de preencher lacunas deixadas por guerras no efetivo masculino, ou de estratégias de inclusão de mulheres para melhorar a imagem e reduzir a brutalidade e a corrupção policiais. Mas, como registram diversas pesquisas, as resistências contra uma abertura maior desse espaço à participação feminina continuam cerradas.⁹ É um espaço visto quase universalmente (mesmo onde as taxas de criminalidade são ínfimas) como de alta exposição ao perigo e à incerteza, que requer dos seus operadores coragem e força física – características pouco comuns nas mulheres, segundo os estereótipos subjacentes à segmentação de papéis de gênero no mercado de trabalho em geral.¹⁰

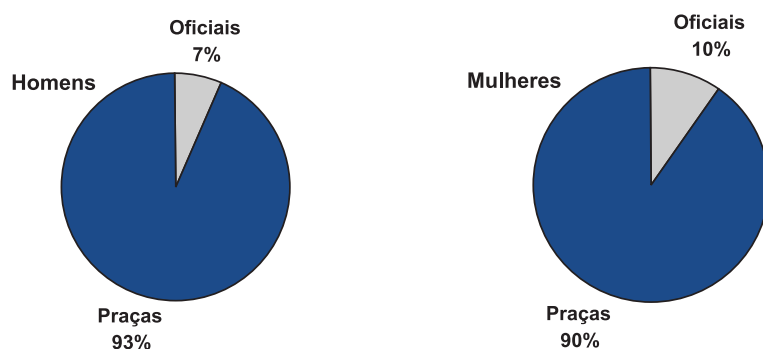
O Brasil não representa, portanto, nenhuma grande exceção à regra, embora, com uma parcela feminina estimada em 8,2% de todos os efetivos policiais (militares, civis e federais), fique abaixo da média dos outros 51 países incluídos na Tabela 3 (10,4%). Como vimos, são sobretudo as PMs que “derrubam” o nosso índice de

feminização policial e é nelas, aparentemente, que se encontram as mais fortes resistências ao aumento da participação de mulheres. O quadro anexo a este artigo mostra que, em pelo menos oito UFs, essa participação está limitada por lei a percentuais que variam entre 4 e 10%. E, mesmo onde não existem limites legais, os concursos de entrada normalmente são diferenciados por gênero: oferecendo um número de vagas femininas muito inferior ao das masculinas, ou simplesmente abrindo sucessivos concursos só para homens, grande parte das PMs mantém deliberadamente baixa a feminização do seu efetivo.

Superiores ou subalternas?

Como mostra o Gráfico 2, a proporção de oficiais no contingente feminino é ligeiramente maior que no masculino. Essa proporção varia bastante, porém, entre as diversas UFs, sobretudo no grupo de mulheres. A PM do Rio de Janeiro é um caso extremo, com 40% do efetivo feminino no oficialato, contra apenas 7% do efetivo masculino – diferença muito maior que a registrada nas demais PMs, mesmo nas do Rio Grande do Norte, do Tocantins e da Paraíba, em que a porcentagem de mulheres oficiais ultrapassa 20%, enquanto a de homens oficiais não chega a 8%. O estudo de caso no Rio de Janeiro sugere que a desproporcional parcela de oficiais femininas nesse estado pode ter relação com a política local de confinamento das PMFem às atividades internas, derivando em menor interesse institucional pela absorção de mulheres praças. No conjunto das PMs, entretanto, a distribuição das mulheres por círculos hierárquicos,¹¹ assim como a sua distribuição entre atividades-meio e fim (ver Gráfico 11, mais adiante), não se distancia gritantemente daquela registrada no efetivo policial masculino.

Gráfico 2
Efetivo policial militar na ativa por círculos hierárquicos, segundo gênero - Brasil, 23 Unidades da Federação - c. 2003 *



(*) UFs incluídas: AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, PA, PB, PE, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SP e TO. As demais não enviaram informações. Todos os dados se referem ao segundo semestre de 2003, com exceção dos relativos a Minas Gerais, que são de abril de 2004.

Fonte: Banco de Dados Polícia Militar e Gênero, CESeC/UCAM e SENASPMJ. Elaboração: CESeC/UCAM.

Soldados ou coronéis?

Se a proporção de mulheres oficiais é maior que a de homens, ocorre, por outro lado, que o acesso das policiais femininas às posições mais elevadas do oficialato – coronel, tenente-coronel e major – ainda é extremamente limitado em nosso país.¹² Dentro do círculo de oficiais, a maior participação feminina se verifica, como mostram a Tabela 4 e o Gráfico 3, no posto de tenente (sobretudo de primeiro tenente), o que reflete não apenas o ingresso relativamente recente das mulheres, mas também assimetrias nos ritmos de progressão hierárquica, determinando um decréscimo da parcela feminina, à medida que se elevam as patentes do oficialato. Já entre as praças, não se verifica a mesma tendência. As porcentagens de mulheres em todas as graduações são bastante semelhantes, com uma participação apenas ligeiramente maior no grau de soldado, isto é, na base da hierarquia policial militar. Como as promoções de praças se dão, normalmente, por tempo de serviço e as de oficiais combinam o critério de antiguidade com o de merecimento, esses dados podem ser indicativos das resistências enfrentadas pelas oficiais femininas no seu percurso ascendente dentro das PMs. Em alguma medida, expressam as barreiras, tantas vezes apontadas na pesquisa qualitativa, que dificultam seu acesso a posições de comando e aos postos de maior distinção.

Tabela 4

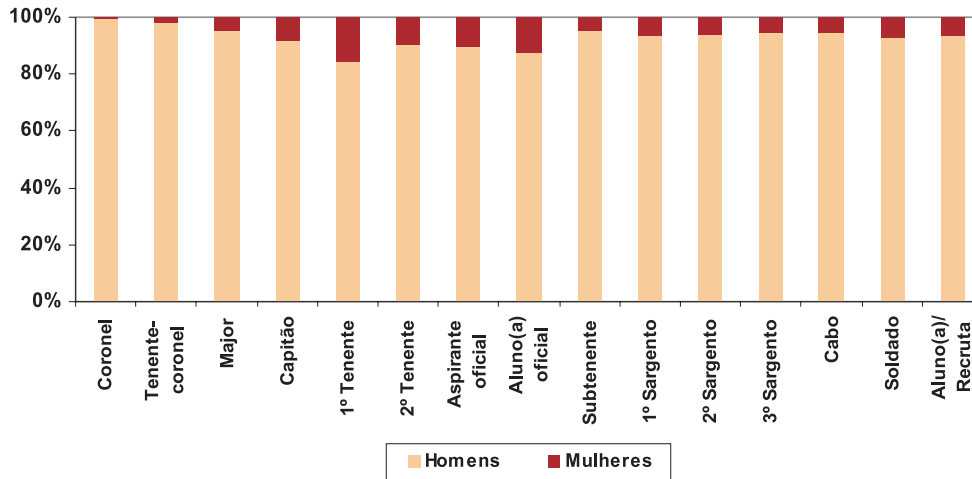
Efetivo policial militar na ativa por patente ou graduação, segundo gênero – Brasil, 23 Unidades da Federação – c. 2003 *

Patente ou graduação	Homens	Mulheres	TOTAL	Participação feminina (%)
Coronel	455	3	458	0,7
Tenente-coronel	1.396	26	1.422	1,8
Major	2.476	127	2.603	4,9
Capitão	5.503	493	5.996	8,2
1º Tenente	6.159	1.154	7.313	15,8
2º Tenente	3.819	418	4.237	9,9
Aspirante oficial	711	79	790	10,0
Aluno(a) oficial	2.089	306	2.395	12,8
Subtenente	3.636	192	3.828	5,0
1º Sargento	18.555	1.267	19.822	6,4
2º Sargento	16.632	1.024	17.656	5,8
3º Sargento	24.884	1.486	26.370	5,6
Cabo	53.614	2.899	56.513	5,1
Soldado	192.875	15.665	208.540	7,5
Aluno(a)/ Recruta	11.183	832	12.015	6,9
TOTAL	343.987	25.971	369.958	7,0

(*) UFs incluídas: AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, PA, PB, PE, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SP e TO. As demais não enviaram informações. Todos os dados se referem ao segundo semestre de 2003, com exceção dos relativos a Minas Gerais, que são de abril de 2004.

Fonte: Banco de Dados Polícia Militar e Gênero, CESeC/UCAM e SENASPMJ. Elaboração: CESeC/UCAM.

Gráfico 3
Efetivo policial militar na ativa por gênero,
segundo patente ou graduação
Brasil, 23 Unidades da Federação - c. 2003



(*) UFs incluídas: AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, PA, PB, PE, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SP e TO. As demais não enviaram informações. Todos os dados se referem ao segundo semestre de 2003, com exceção dos relativos a Minas Gerais, que são de abril de 2004.

Fonte: Banco de Dados Polícia Militar e Gênero, CESeC/UCAM e SENASPMJ. Elaboração: CESeC/UCAM.

Jovem PMFem

Como a maior parte das Polícias Militares só franqueou acesso às mulheres dos anos 1980 em diante, é natural que o perfil das policiais femininas seja mais jovem que o dos policiais masculinos: em 18 UFs com informações válidas, 92,2% das mulheres tinham menos de 40 anos de idade e quase metade do total (44,9%) tinha menos de 30 anos, enquanto entre os homens esses percentuais eram, respectivamente, de 73 e 28,9%. A Tabela 5 e o Gráfico 4 retratam mais detalhadamente a defasagem etária entre os efetivos masculino e feminino das 18 PMs consideradas.

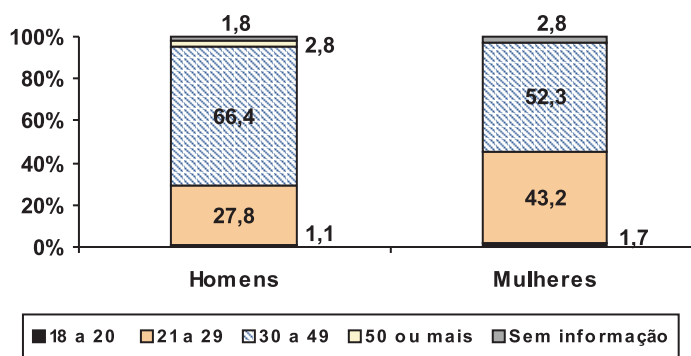
Tabela 5
Efetivo policial militar na ativa por faixa etária, segundo gênero
Brasil, 18 Unidades da Federação - dezembro de 2002 *

Faixa etária (anos)	Número		%	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
18 a 20	2.705	261	1,2	2,0
21 a 24	19.543	1.539	9,0	11,5
25 a 29	38.790	4.219	17,9	31,6
30 a 39	93.723	6.292	43,1	47,1
40 a 49	52.524	655	24,2	4,9
50 a 59	6.073	4	2,8	0,0
60 ou mais	70	0	0,0	0,0
Sem informação	3.786	378	1,7	2,8
Total	217.214	13.348	100,0	100,0

(*) UFs incluídas: AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, MA, MG, PB, PR, RJ, RN, RO, RR, SC, TO. O estado de Pernambuco foi excluído desta tabela porque forneceu dados sobre faixas etárias apenas para o efetivo masculino. As demais UFs não enviaram informações.

Fonte: Banco de Dados Polícia Militar e Gênero, CESeC/UCAM e SENASP/MJ. Elaboração: CESeC/UCAM.

Gráfico 4
Efetivo policial militar na ativa por faixa etária, segundo gênero
Brasil, 18 Unidades da Federação – dezembro de 2002 *



(*) UFs incluídas: AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, MA, MG, PB, PR, RJ, RN, RO, RR, SC, TO. O estado de Pernambuco foi excluído desta tabela porque forneceu dados sobre faixas etárias apenas para o efetivo masculino. As demais UFs não enviaram informações.

Fonte: Banco de Dados Polícia Militar e Gênero, CESeC/UCAM e SENASP/MJ. Elaboração: CESeC/UCAM.

Viés racial na PM?

Do ponto de vista racial, não parece haver variações muito importantes entre homens e mulheres. Cabe ressaltar, porém, que apenas 12 Unidades da Federação preencheram com razoável consistência o quadro referente a raça ou cor, desagregado por gênero, o que torna os dados bem pouco representativos do país como um todo, inclusive porque nenhuma PM da região Centro-Oeste respondeu à pergunta e faltam UFs com contingentes policiais muito numerosos, como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul. No conjunto dos estados com informações válidas, a diferença mais expressiva que se observa não é entre os sexos, e sim entre os círculos hierárquicos: tanto no efetivo masculino quanto no feminino, a proporção de oficiais brancos(as) é superior à de praças brancos(as), o contrário ocorrendo no caso dos(as) pretos(as), cuja participação é bem maior entre as praças que entre os(as) oficiais. Já no caso das pessoas pardas, há uma pequena diferença de gênero: elas são proporção maior das praças que dos oficiais masculinos, mas são uma porcentagem ligeiramente maior das oficiais do que das praças femininas (Tabela 6).

Tabela 6
Efetivo policial militar na ativa por raça ou cor,
segundo gênero e círculo hierárquico
Brasil, 12 Unidades da Federação - 2003*

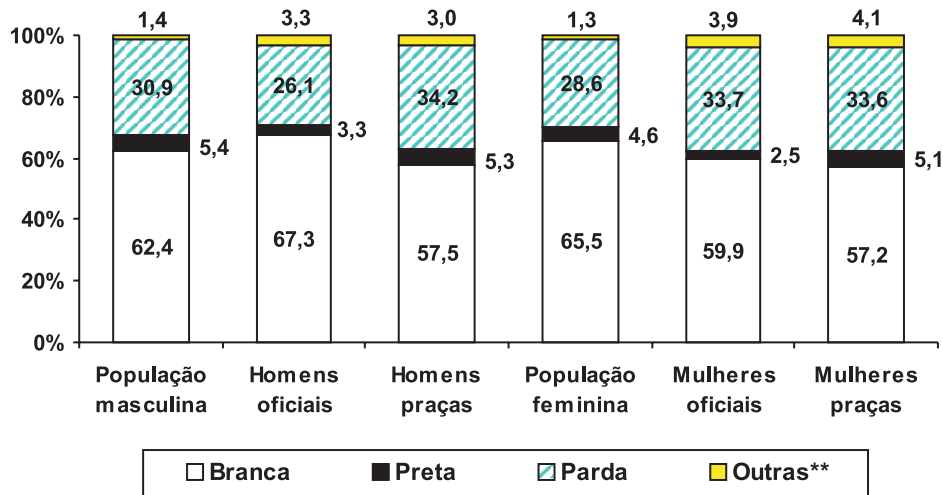
	HOMENS						MULHERES					
	Oficiais		Praças		Total		Oficiais		Praças		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Branca	6.851	67,3	83.113	57,5	89.964	58,2	573	59,9	6.784	57,2	7.357	57,4
Preta	336	3,3	7.674	5,3	8.010	5,2	24	2,5	604	5,1	628	4,9
Parda	2.654	26,1	49.358	34,2	52.012	33,6	322	33,7	3.979	33,6	4.301	33,6
Amarela	331	3,3	3.957	2,7	4.288	2,8	35	3,7	482	4,1	517	4,0
Indígena	5	0,0	428	0,3	433	0,3	2	0,2	6	0,1	8	0,1
Total	10.177	100,0	144.530	100,0	154.707	100,0	956	100,0	11.855	100,0	12.811	100,0

(*) UFs incluídas: AC, AL, AM, AP, ES, MA, PB, PR, RN, SC, SP e TO. O estado do Rio de Janeiro foi excluído desta tabela por falta de consistência das informações enviadas e o de Roraima, porque forneceu dados sobre raça ou cor, mas sem desagregação por gênero. As demais UFs não enviaram informações. Todos os dados se referem ao segundo semestre de 2003.

Fonte: *Banco de Dados Polícia Militar e Gênero*, CESeC/UCAM e SENASPMJ. Elaboração: CESeC/UCAM.

Apesar de as classificações das PMs não serem auto-atribuídas como as do IBGE, é interessante comparar os perfis raciais acima aos registrados pelo Censo Demográfico de 2000 nas mesmas 12 UFs, considerando-se as populações masculina e feminina em idade compatível (18 anos ou mais). Observa-se que, em relação às populações estaduais adultas, há de fato uma sobre-representação das pessoas classificadas como brancas e uma sub-representação das classificadas como pretas ou pardas no oficialato policial militar de ambos os sexos, o que não ocorre no círculo de praças, cujo perfil é bem menos branco que o da população total (Gráfico 5).

Gráfico 5
 Efetivo policial militar na ativa por raça ou cor, segundo gênero e círculo hierárquico, comparado às populações masculina e feminina com 18 anos ou mais de idade
 Brasil, 12 Unidades da Federação - 2000 e 2003 *

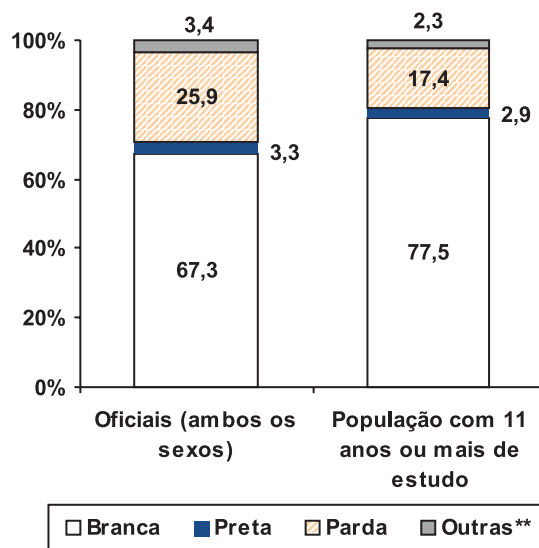


(*) UFs incluídas: AC, AL, AM, AP, ES, MA, PB, PR, RN, SC, SP e TO. A PM do estado do Rio de Janeiro foi excluída deste gráfico por falta de consistência das informações enviadas e a de Roraima, porque forneceu dados sobre raça ou cor, mas sem desagregação por gênero. As PMs das demais UFs não enviaram informações. (**) Outras = Amarela + Indígena

Fontes: (1) Banco de Dados Polícia Militar e Gênero, CESeC/UCAM e SENASPMJ; (2) Dados do Censo Demográfico 2000 referentes às 12 UFs consideradas. Elaboração: CESeC/UCAM.

Entretanto, a sobre-representação dos brancos no oficialato desaparece quando se leva em conta somente a população com nível mínimo de escolaridade exigido, em quase todas as UFs, para o ingresso na carreira de oficial PM: ensino médio completo (11 anos de estudo).¹³ Refazendo-se a comparação nesses termos – ainda que de forma grosseira, sem desagregar as informações por gênero e considerando a população com 20 anos ou mais de idade –, o que se observa, ao contrário, é uma ligeira sobre-representação dos pretos e uma significativa sobre-representação dos pardos no oficialato das 12 PMs consideradas (Gráfico 6). Em outras palavras, controlando-se a variável escolaridade, não só o perfil das praças, mas também o dos(as) oficiais resulta ser *menos* branco que o do conjunto da população.¹⁴

Gráfico 6
 Efetivo de oficiais PM na ativa, por raça ou cor, comparado
 à população de ambos os sexos com 20 anos ou mais de idade
 e 11 anos ou mais de estudo
 Brasil, 12 Unidades da Federação - 2000 e 2003 *



(*) UFs incluídas: AC, AL, AM, AP, ES, MA, PB, PR, RN, SC, SP e TO. (**) Outras = Amarela + Indígena
 Fontes: (1) Banco de Dados Polícia Militar e Gênero, CESeC/JCAM e SENASPM; (2) Dados do Censo Demográfico 2000 referentes às 12 UFs consideradas. Elaboração: CESeC/JCAM.

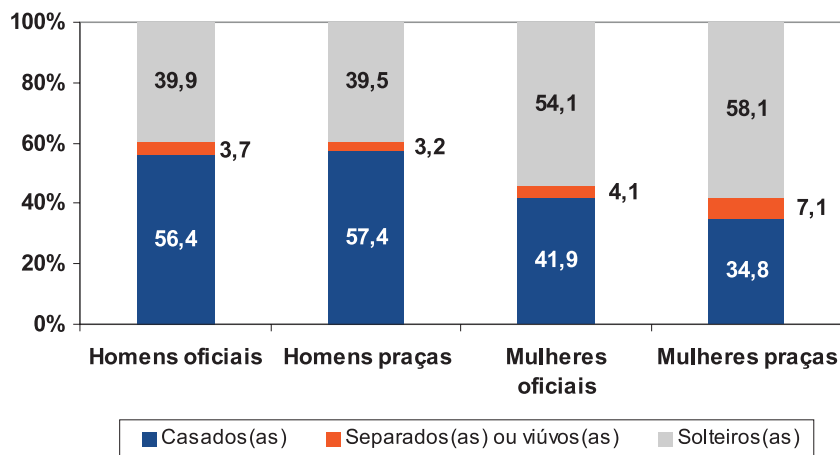
Estimativas feitas para todo o país em outra pesquisa, com base nos microdados do Censo 2000, confirmam o que se observou aqui: pretos e pardos, além de fortemente super-representados no efetivo de praças, estão bem ou até sobre-representados no oficialato superior e subalterno das PMs, em relação à população brasileira com idades e níveis educacionais compatíveis. A referida pesquisa indicou que, no seu conjunto, as polícias militares são instituições racialmente democráticas, mais do que as outras polícias brasileiras (civis e federais), em cuja cúpula (delegados) há forte sobre-representação dos brancos em relação à população com escolaridade mínima exigida para o exercício das respectivas ocupações.¹⁵

Casadas ou solteiras?

Se a composição racial do efetivo varia pouco por sexo, não se pode dizer o mesmo quanto ao estado civil. Nesse item, o corte de gênero prevalece claramente sobre as diferenças entre praças e oficiais, embora haja uma proporção de mulheres separadas ou viúvas maior no primeiro círculo do que no segundo (Gráfico 7).¹⁶ A

predominância de solteiras entre as policiais femininas e de casados entre os masculinos certamente tem relação com o fato de as mulheres serem, em média, mais jovens que os homens, como foi visto mais acima, no gráfico relativo à idade.

Gráfico 7
Efetivo policial militar na ativa por estado civil,
segundo gênero e círculo hierárquico
 Brasil, 15 Unidades da Federação – c. 2003 *



(*) UFs incluídas: AC, AL, AM, AP, BA, DF, ES, MA, MG, PB, PR, RN, SC, SP e TO. O estado de Pernambuco foi excluído deste gráfico porque forneceu dados sobre estado civil, mas não desagregados por gênero, e o de Roraima porque só forneceu dados para o efetivo masculino. As demais UFs não enviaram informações. Todos os dados se referem ao segundo semestre de 2003, com exceção dos relativos a Minas Gerais, que são de abril de 2004.

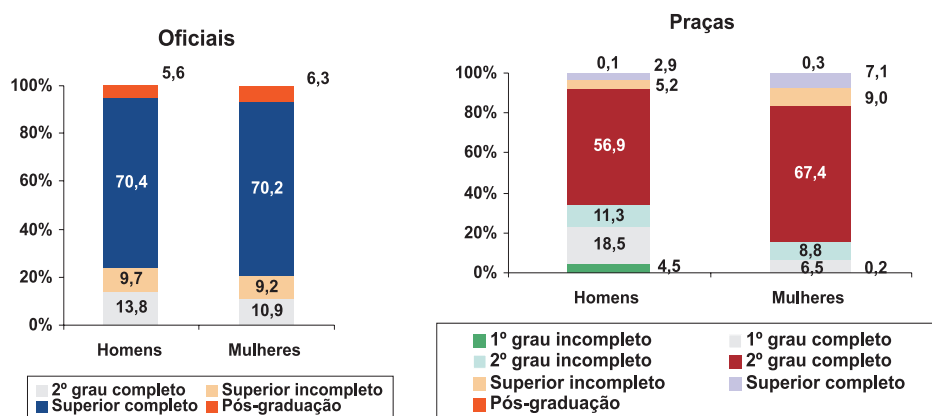
Fonte: Banco de Dados Polícia Militar e Gênero, CESeC/UCAM e SENASPMJ. Elaboração: CESeC/UCAM.

Quem disse que praça de polícia não estuda?

O Gráfico 8 mostra que, dentro do círculo de praças, em 16 UFs, a escolaridade das mulheres é significativamente mais alta que a dos homens – registrando-se inclusive uma expressiva parcela de praças femininas com nível superior completo ou incompleto, ou mesmo com pós-graduação (16,4%, contra 8,2% de masculinas). Essa defasagem, em parte, expressa mudanças nos critérios de seleção das próprias PMs, que em concursos mais recentes passaram a exigir níveis educacionais mais altos. Mas ela sugere também que um dos impactos da presença feminina pode estar sendo a maior qualificação do efetivo, em termos de educação formal, quer pelo ingresso de mulheres com escolaridade mais alta que a requerida, talvez em função de um leque mais estreito de alternativas no mercado de trabalho, quer pelo maior investimento feminino no aumento de escolarização ao longo da própria carreira de praça PM.

Já as diferenças entre oficiais dos dois sexos são bem menos expressivas, cabendo lembrar que o curso de entrada para o oficialato é reconhecido pelo MEC como equivalente à graduação universitária, logo não seria mesmo de esperar a ocorrência de defasagens muito acentuadas dentro desse círculo.

Gráfico 8
Efetivo policial militar na ativa por nível de escolaridade, segundo gênero e círculo hierárquico
Brasil, 16 Unidades da Federação - c. 2003 *



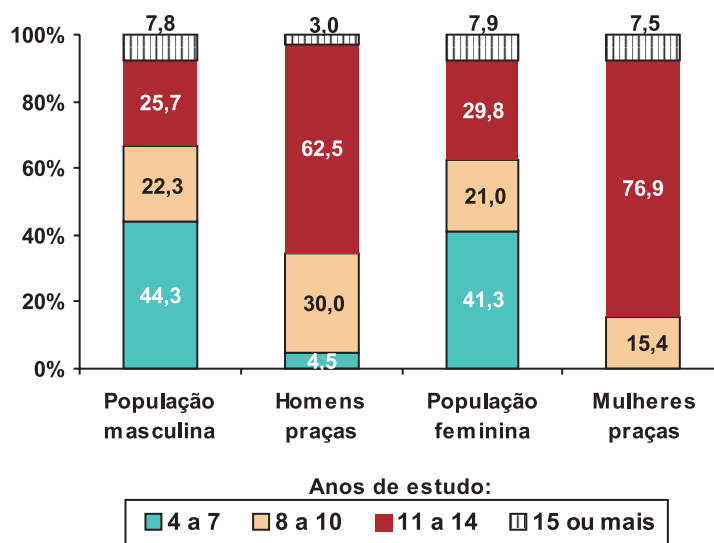
(*) UFs incluídas: AC, AL, AM, AP, BA, DF, ES, MA, MG, PB, PR, RN, RR, SC, SP e TO. O estado de Pernambuco foi excluído deste gráfico porque forneceu dados sobre escolaridade, mas não desagregados por gênero. As demais UFs não enviaram informações. Todos os dados se referem ao segundo semestre de 2003, com exceção dos relativos a Minas Gerais, que são de abril de 2004.

Fonte: Banco de Dados Polícia Militar e Gênero, CESeC/UCAM e SENASPMJ. Elaboração: CESeC/UCAM.

Voltando às praças, é interessante fazer uma comparação do seu perfil educacional com o da população das mesmas 16 UFs, considerando-se a parcela dos habitantes com idade mínima (18 anos) e escolaridade mínima (4 anos de estudo) compatíveis com as do efetivo de praças das polícias militares estaduais. Para possibilitar essa comparação, é necessário reorganizar os dados das PMs de acordo com os recortes utilizados nas tabelas do Censo Demográfico de 2000, isto é, por grupos de anos de estudo.¹⁷ O Gráfico 9 mostra que a escolaridade média das praças de polícia, tanto homens quanto mulheres, é muito superior à da população em geral – o que decorre obviamente do fato de diversas PMs já exigirem segundo grau completo (11 anos de estudo) mesmo nos concursos para soldado. Bem mais significativo que isso é o fato de a porcentagem de mulheres praças com nível universitário completo ou pós-graduação (15 anos ou mais de estudo) ser muito próxima da registrada na população feminina da mesma faixa etária, diferentemente do que ocorre no grupo

dos homens praças, em que a parcela de alta escolaridade é bem inferior à do conjunto da população masculina com 18 anos ou mais de idade.¹⁸

Gráfico 9
Efetivo de praças PM na ativa por nível de escolaridade, segundo gênero, comparado às populações masculina e feminina com 18 anos ou mais de idade Brasil, 16 Unidades da Federação - 2000 e c. 2003 *



(*) UFs incluídas: AC, AL, AM, AP, BA, DF, ES, MA, MG, PB, PR, RN, RR, SC, SP e TO. O estado de Pernambuco foi excluído deste gráfico porque forneceu dados sobre escolaridade, mas não desagregados por gênero. As demais UFs não enviaram informações. Todos os dados se referem ao segundo semestre de 2003, com exceção dos relativos a Minas Gerais, que são de abril de 2004.

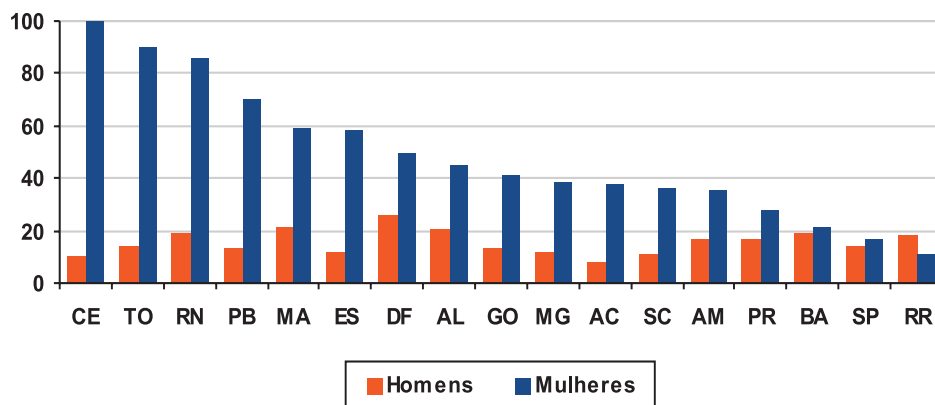
Fontes: (1) Banco de Dados Polícia Militar e Gênero, CESeC/UCAM e SENASPMJ; (2) Dados do Censo Demográfico 2000 referentes às 16 UFs consideradas. Elaboração: CESeC/UCAM.

Como estão alocadas as mulheres PMs?

Quem conhece somente a PM do Rio de Janeiro pode ficar com a impressão de que as policiais militares, com raras exceções, estão dentro dos quartéis ou cedidas a outros órgãos públicos, cumprindo funções pouco operacionais e desenvolvendo sobretudo atividades de natureza burocrática. Lamentavelmente, a PMERJ, até hoje, não tem estatísticas desagregadas por gênero, sobre o tipo de alocação (atividade-meio ou fim) mas foi consensual em todas as entrevistas realizadas no estado, tanto com homens quanto com mulheres, a afirmação de que há pouquíssimas PMFem trabalhando nas ruas e menos ainda em atividades rotineiras de policiamento ostensivo.¹⁹

Seria um engano, contudo, deduzir que o confinamento das mulheres à burocracia se repete em todo o país. É verdade que, das 17 UFs que enviaram dados válidos sobre alocação do efetivo, algumas informaram proporções altíssimas de mulheres em atividades-meio, como Ceará (100%), Tocantins (89,6%), Rio Grande do Norte (85,5%) e Paraíba (69,9%), mas outras, em compensação, reportaram porcentagens baixas, com destaque para Roraima, onde apenas 11,3% das policiais militares femininas desempenhariam atividades-meio; São Paulo, onde essa porcentagem seria de 16,2% e Bahia, onde ela seria de 21,4% (Gráfico 10).

Gráfico 10
Proporção do efetivo policial militar na ativa alocado em atividades-meio, segundo gênero (em %) Brasil, 17 Unidades da Federação - c. 2003 *



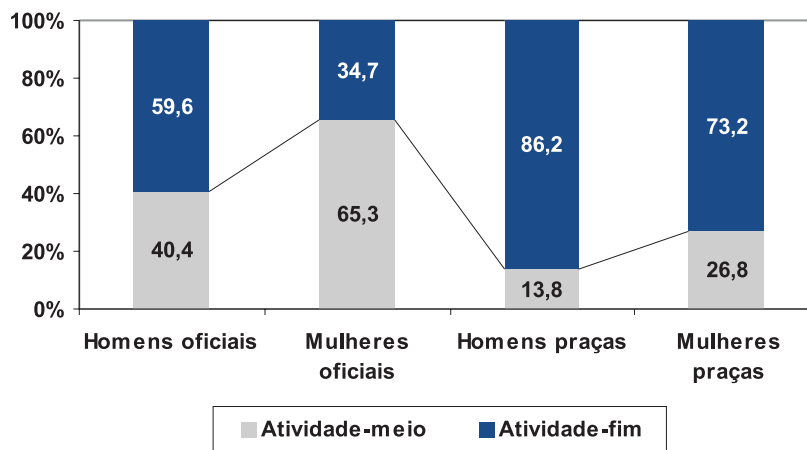
(*) Os estados do Amapá, de Pernambuco e do Rio de Janeiro foram excluídos deste gráfico porque forneceram dados sobre natureza da atividade, mas não desagregados por gênero; o do Rio Grande do Sul, porque só informou os números relativos a atividades-fim. As demais UFs não enviaram informações. Todos os dados se referem ao segundo semestre de 2003, com exceção dos relativos a Minas Gerais, que são de abril de 2004.

Fonte: Banco de Dados Polícia Militar e Gênero, CESeCUCAM e SENASPMJ. Elaboração: CESeCUCAM.

Considerando o efetivo das 17 UFs desagregado por círculos (Gráfico 11), nota-se que entre as mulheres oficiais prevalece a alocação em atividades-meio, ao passo que os homens oficiais estão predominantemente alocados em atividades-fim. Já entre as praças, a parcela feminina em atividades-fim, embora menor que a masculina, é amplamente majoritária (73,2%). Provavelmente o entendimento do que sejam atividades-fim e meio varia de um estado para outro: funções como planejamento, ensino e instrução, correição ou atendimento telefônico nas centrais de emergência podem ter sido classificadas de diferentes maneiras por quem preencheu os questionários. Mas, supondo-se que tenha havido uma certa convergência

de percepções no sentido de identificar atividade-fim sobretudo relativa ao policiamento das ruas, os dados indicam que, na maioria dessas UFs, as praças femininas vêm exercendo predominantemente funções de polícia, não de meras "secretárias" – como se autocalssificaram criticamente algumas das policiais ouvidas no estado do Rio.

Gráfico 11
Efetivo policial militar na ativa por natureza da atividade, segundo gênero e círculo hierárquico Brasil, 17 Unidades da Federação - c. 2003 *



(*) UFs incluídas: AC, AL, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, PB, PR, RN, RR, SC, SP e TO. Os estados do Amapá, de Pernambuco e do Rio de Janeiro foram excluídos deste gráfico porque forneceram dados sobre natureza da atividade, mas não desagregados por gênero; o do Rio Grande do Sul, porque só informou os números relativos a atividades-fim. As demais UFs não enviaram informações. Todos os dados se referem ao segundo semestre de 2003, com exceção dos relativos a Minas Gerais, que são de abril de 2004.

Fonte: Banco de Dados Polícia Militar e Gênero, CESeC/UCAM e SENASPMJ. Elaboração: CESeC/UCAM.

A distribuição dos efetivos segundo setor de atividade, embora não esclareça se as funções desenvolvidas são internas ou externas, reforça essa hipótese de que, em boa parte das UFs, as mulheres estão sendo majoritariamente alocadas em atividades de policiamento e não em tarefas administrativas, como no caso do Rio de Janeiro e de alguns outros estados. Observe-se que, apesar de ser pequena a participação de mulheres no efetivo das unidades operacionais regulares ou especiais (Gráfico 12), mais de 70% das policiais femininas trabalhavam em unidades desse tipo no segundo semestre de 2003 (Tabela 7).

Tabela 7
Efetivo policial militar na ativa por setor de atividade, segundo gênero – Brasil, 19 Unidades da Federação – c. 2003 *

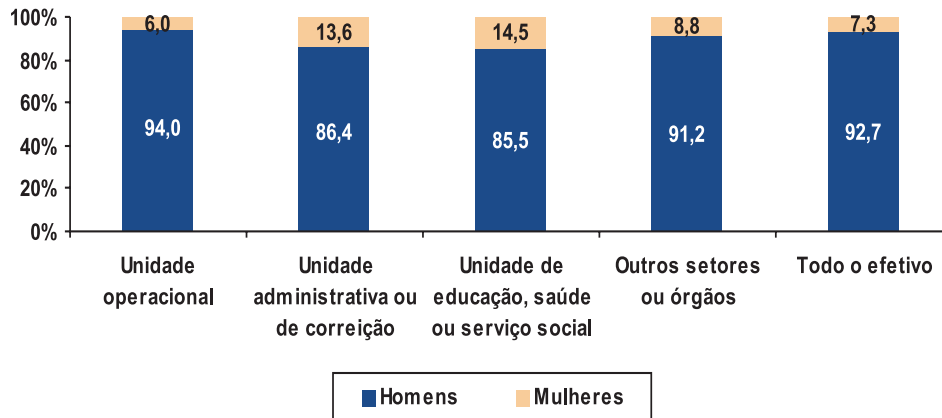
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Unidade operacional	204.430	13.961	74,4	64,7
Unidade administrativa	17.515	2.868	6,4	13,3
Unidade de saúde	4.198	1.823	1,5	8,4
Unidade de educação	15.173	1.251	5,5	5,8
Unidade operacional especial	29.046	1.003	10,6	4,6
Unidade de serviço social	244	265	0,1	1,2
Unidade de correição	1.583	141	0,6	0,7
Outros setores ou órgãos	2.747	264	1,0	1,2
Total	274.936	21.576	100,0	100,0

(*) UFs incluídas: AC, AL, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, PB, PR, RN, RO, RR, RS, SC, SP e TO. Os estados do Amapá, de Pernambuco e do Rio de Janeiro foram excluídos desta tabela porque forneceram dados sobre setor de atividade, mas não desagregados por gênero. As demais UFs não forneceram informações. Todos os dados se referem ao segundo semestre de 2003, com exceção dos relativos a Minas Gerais, que são de abril de 2004.

Fonte: Banco de Dados Polícia Militar e Gênero, CESeC/UCAM e SENASPMJ. Elaboração: CESeC/UCAM.

Gráfico 12

Efetivo policial militar na ativa por gênero, segundo setor de atividade
Brasil, 19 Unidades da Federação – c. 2003 *



(*) UFs incluídas: AC, AL, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, PB, PR, RN, RO, RR, RS, SC, SP e TO. Os estados do Amapá, de Pernambuco e do Rio de Janeiro foram excluídos desta tabela porque forneceram dados sobre setor de atividade, mas não desagregados por gênero. As demais UFs não forneceram informações. Todos os dados se referem ao segundo semestre de 2003, com exceção dos relativos a Minas Gerais, que são de abril de 2004.

Fonte: Banco de Dados Polícia Militar e Gênero, CESeC/UCAM e SENASPMJ. Elaboração: CESeC/UCAM.

Vale sublinhar, finalmente, que há uma correlação bastante alta entre porcentagem de mulheres oficiais e porcentagem de policiais femininas alocadas em atividades-meio. Isso significa que, nos estados (como o Rio de Janeiro e alguns outros) que optam por confinar as mulheres a tarefas internas, o efetivo feminino tende a ser mais "inchado" no círculo superior.²⁰

Conclusão: um longo caminho a percorrer

Em síntese, pode-se delinear nos seguintes termos o panorama da presença feminina nas PMs que enviaram dados para a pesquisa: representando uma parcela muito reduzida das forças policiais militares, as mulheres, com poucas exceções, ainda estão longe de chegar aos degraus superiores das corporações e, portanto, de poder influir na condução das políticas e nas tomadas de decisão. Por serem mais jovens, elas ainda não atravessaram, em conjunto, todas as etapas que conduzem aos postos mais elevados. Por serem mulheres, encontram dificuldades adicionais que alongam esse processo.

As policiais femininas apresentam, em média, um nível de escolaridade mais alto que o dos homens. Do ponto de vista racial, as diferenças entre homens e mulheres são menores do que as que há entre praças e oficiais de ambos os sexos. Como ocorre em tantas outras instituições no Brasil, os negros (pretos e pardos) têm presença maciça no "andar de baixo" e estão menos representados no círculo superior das PMs, vale dizer, nos cargos de comando, de maior renda, poder e prestígio. Apesar disso, não se pode dizer que o "andar de cima" das PMs seja um espaço racialmente excludente; pelo contrário, em relação à população total com o mesmo nível de escolaridade, pretos(as) e pardos(as) aparecem *sobre-representados* no círculo de oficiais.

Mais de 70% das mulheres atuam, hoje, em unidades operacionais. Se a proporção de oficiais incumbidas das atividades-meio é nitidamente superior à de seus colegas masculinos, o mesmo não acontece com as mulheres praças, que, em sua maioria, atuam em atividades-fim, numa proporção não muito inferior à dos homens.

Como foi visto, as informações numéricas obtidas no levantamento nacional deixam muito a desejar quanto à cobertura e à qualidade, mas, ainda assim, permitem traçar um primeiro retrato das polícias militares com recorte de gênero. A dificuldade de boa parte das PMs em fornecer dados fundamentais sobre o perfil de seus(suas) agentes e a situação em que se encontram é reveladora da ausência de controle estatístico sobre os recursos humanos, conseqüentemente, da inexistência de uma política institucional que leve em conta a presença das mulheres e que seja capaz de avaliar o impacto dessa presença. Evidencia-se, portanto, a necessidade de todas as Polícias Militares melhorarem seus sistemas de geração de informações e incorporarem a elas a variável de gênero – o que pode ser estimulado pelo governo

federal através da replicação, a cada dois ou três anos, de um levantamento detalhado sobre o perfil dos efetivos policiais masculinos e femininos em todo o país.

Apêndice:

Ingresso de mulheres, unificação dos quadros e limites à participação feminina nas polícias militares brasileiras

	Ano da lei facultando ou regulamentando o ingresso de mulheres	Ano de ingresso de mulheres	Quadros masculino e feminino unificados?	Ano de unificação dos quadros	A proporção de mulheres no efetivo é limitada por lei?
AC	1990	1985	sim	1988	não
AL	1987	1988	sim	2001	não
AM	1982	1982	sim	1982	não
AP	1984	1989	NI	NI	não
BA	NI	NI	sim	NI	não
CE	1985	1994	sim	2000	não
DF	1983	1983	sim	1998	sim, em 10%
ES	1983	1983	sim	1990	não
GO	1986	1986	sim	1995	sim, em 10%
MA	1982	1982	sim	2001	sim, em 10%
MG	1980	1982	sim	NI	sim, em 5%
MS	NI	NI	NI	NI	NI
MT	NI	NI	NI	NI	NI
PA	NI	NI	NI	NI	NI
PB	1986	1987	não	-	sim, em 5%
PE	1993	1993	sim	2000	não
PI	NI	NI	NI	NI	NI
PR	1978	1978	sim	2000	sim, em 6%
RJ	1981	1982	sim	1993	não
RN	1986	1987	não	-	não
RO	NI	NI	NI	NI	NI
RR	1999	2000	sim	2000	sim, em 4%
RS	1985	1986	sim	1997	não
SC	1983	1983	sim	1998	sim, em 6%
SE	NI	NI	NI	NI	NI
SP	1959	1959	não	-	não
TO	1989	1986	sim	1996	não

NI = Não informado

Fonte: Banco de Dados Polícia Militar e Gênero, CESeC/UCAM e SENASPMJ.

Abstract: The article draws a gender based picture of Brazilian military police forces, using data from a national statistical survey carried out in 2003 by the Center for Studies on Public Security and Citizenship, at University Candido Mendes, with the support of the National Secretary of Public Security in the Ministry of Justice. It analyses the size and some socio-demographic characteristics of both policemen and policewomen (age, marital status, race, education), as well as their distribution according to military hierarchical ranks and to the types of activities they are involved in. It stresses the very small participation of women in these institutions – in contrast with other Brazilian police forces (civil and federal police) and with police forces of many other countries around the world. This article additionally points out to the lack not only of institutional policies but also of social pressure which could end up widening the military policewomen's role in improving public security services and, more specifically, in the ways of handling domestic and gender violence issues.

Keywords: public safety; gender; police.

(Recebido e aprovado para publicação em janeiro de 2005.)

Notas

¹ Uma versão preliminar deste artigo foi publicada no *Boletim Segurança e Cidadania*, ano. 2, n. 7, Rio de Janeiro, CESeC, maio de 2004. Como três PMs (AL, GO e MG) só enviaram dados posteriormente, as informações numéricas aqui apresentadas são mais abrangentes do que as que constam do referido Boletim.

² Segundo levantamento realizado em 2003 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), do Ministério da Justiça, era feminino quase 70% do efetivo policial alocado nessas unidades em todo o país. Cf. Senasp/MJ, *Perfil Organizacional das Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher*. Brasília, outubro de 2004 [disponível em <http://www.mj.gov.br/senasp>].

³ Dados de pesquisa em andamento sobre crimes sexuais no Rio de Janeiro, coordenada por Aparecida Moraes e Barbara Soares (Núcleo de Estudos Urbanos, Industriais e de Gênero – NURBIGEN/IFCS/UFRJ e CESeC/UCAM).

⁴ Crimes não-letais intencionais contra a pessoa incluem tentativa de homicídio, lesão corporal dolosa, ameaça, estupro, tentativa de estupro e atentado violento ao pudor. O *ranking* de delegacias e o percentual relativo às DEAMs baseiam-se nas planilhas da Asplan (Assessoria de Planejamento) da Polícia Civil do Rio de Janeiro, relativas a 1999 (esse foi o último ano em que a Secretaria de Segurança Pública estadual

franqueou o acesso de pesquisadores às planilhas completas da Asplan, que continham informações, desagregadas por gênero e por delegaciais distritais e especiais, para todos os tipos de ocorrências registradas).

⁵ Coordenada pelas autoras deste artigo, o projeto teve apoio financeiro da Fundação Ford e contou com a participação de Lourdes Bandeira e Niveo Caixeta, da UnB; de Márcia Calazans e Aline Sudbrack, da UFRGS; e de Luciane Patrício e Angélica de Faria Silva, pelo CESeC. Teve, além disso, a colaboração de Regina Novaes e Marilena Cunha, do Instituto de Estudos da Religião (ISER), que realizaram os grupos focais no Rio de Janeiro. Os resultados completos do estudo de caso no estado do Rio serão publicados brevemente em livro, pela Editora Civilização Brasileira, na nova coleção Segurança e Cidadania, dirigida pelo CESeC.

⁶ Por esse motivo, os totais das tabelas a seguir não coincidem, visto que o número de UFs com dados aproveitáveis varia segundo o tipo de informação. Pelo mesmo motivo, indicam-se em cada tabela ou gráfico quantas e quais foram as UFs consideradas.

⁷ Salvo no caso de alguns itens, em que se predefiniu como referência o dia 31 de dezembro de 2002 ou todo o ano de 2002, solicitou-se às PMs que contabilizassem os números correspondentes à última informação disponível e anotassem a data da mesma. Temíamos perder muitos dados se fixássemos uma data de referência única para todos os campos do questionário e para todas as 27 polícias, por isso, preferimos correr o risco de dispersar temporalmente as informações. Felizmente, apesar de a data ter ficado em aberto, houve uma convergência temporal significativa dos dados obtidos: os meses variam, mas são todos do segundo semestre de 2003. A única exceção é o estado de Minas Gerais, que enviou informações referentes a abril de 2004.

⁸ Cf. Musumeci; Soares; Borges (2004).

⁹ Cf., por exemplo, Pagon (1996).

¹⁰ Além dos serviços policiais e de vigilância privada, outras áreas de onde as mulheres estariam tipicamente excluídas por sua suposta aversão ao risco e falta de força física seriam os serviços de combate a incêndios e o trabalho nas minas (cf. MELKAS; ANKER, 2003).

¹¹ "Círculos hierárquicos" é o termo castrense para designar os dois principais segmentos da hierarquia militar: praças e oficiais.

¹² Das três únicas coronéis que havia nas 23 UFs analisadas, duas eram da PM de São Paulo e uma da de Rondônia – esta última tendo-se tornado comandante-geral da corporação em 2003.

¹³ O Rio Grande do Sul, desde 2002, passou a exigir curso superior completo (bacharelado em Direito) para o acesso ao oficialato da Brigada Militar.

¹⁴ Os Gráficos 5 e 6 foram construídos a partir de tabelas pré-estruturadas do IBGE, o que impossibilitou a desagregação simultânea por raça e gênero, assim como o corte simultâneo por idade (18 anos) e escolaridade (11 anos de estudo) adequadas.

¹⁵ Cf. Musumeci; Soares; Borges (2004).

¹⁶ Tanto entre os homens quanto entre as mulheres de ambos os círculos, a proporção de viúvos(as) é muito pequena, variando de 0,2 a 0,5% – motivo pelo qual o gráfico agrega essa categoria à dos(as) policiais separados(as).

¹⁷ Foram eliminados, na distribuição da PM, os casos sem informação de escolaridade e, na distribuição do Censo, os números relativos às categorias "sem instrução e menos de 1 ano de estudo", "1 a 3 anos de

estudo" e "anos de estudo não determinados". A correspondência que estabelecemos entre os intervalos do Censo e os da PM é a seguinte: 4 a 7 anos de estudo = primeiro grau incompleto; 8 a 10 anos de estudo = primeiro grau completo + segundo grau incompleto; 11 a 14 anos de estudo = segundo grau completo + superior incompleto; 15 anos ou mais de estudo = superior completo + pós-graduação.

¹⁸ O IBGE corta o último intervalo em 15 anos de estudo porque a maior parte dos cursos universitários tem duração de 4 anos. Cabe assinalar, porém, que com frequência os(as) policiais militares optam pelo curso de Direito, cuja duração é de 5 anos, logo, a penúltima faixa de escolaridade das praças masculinas e femininas, mostrada no Gráfico 9, pode incluir uma parcela significativa de pessoas com 15 anos de estudo, mas com formação universitária ainda incompleta.

¹⁹ Esse quadro sofreu alguma alteração no final de maio de 2003 (quando a nossa pesquisa estava sendo concluída), com a formatura de uma turma de 177 praças femininas, alocadas no Batalhão de Policiamento de Áreas Turísticas (BPTur) e destinadas a realizar atividades externas na cidade do Rio de Janeiro.

²⁰ Para os 17 estados que enviaram os dois tipos de informações, encontrou-se um coeficiente de correlação (Pearson) igual a 0,7105. Isso indica uma tendência, mas não uma estrita correspondência. Foge à regra, por exemplo, a PM do Ceará, que informou uma porcentagem relativamente pequena de oficiais entre as mulheres (9,3%) e uma alocação integral (100%) do seu efetivo feminino em atividades internas.

REFERÊNCIAS

MELKAS, Helinä; ANKER, Richard. *Towards gender equity in Japanese and Nordic labor markets: a tale of two paths*. Genebra: OIT, 2003.

MUSUMECI, Leonarda; SOARES, Barbara Musumeci; BORGES, Dorian. *Raça e gênero no sistema de justiça criminal brasileiro*. Rio de Janeiro: CESeC, UCAM: PNUD, 2004. Texto elaborado para o Relatório de Desenvolvimento Humano Brasileiro de 2004, capítulo Raça, violência, segurança e Justiça.

PAGON, Milan (Ed.). *Policing in Central and Eastern Europe: comparing firsthand knowledge with experience from the West*. Ljubljana: College of Police and Security Studies, 1996.

SENASP, MJ. *Perfil organizacional das delegacias especiais de atendimento à mulher*. 2004. Disponível em: < <http://www.mj.gov.br/senasp> > .